

**POPULAÇÃO, TERRITÓRIO E ESTATÍSTICAS PÚBLICAS: ARTICULAÇÃO
ENTRE ACADEMIA E INSTITUTOS DE PESQUISA****POPULATION, TERRITORY AND PUBLIC STATISTICS: ARTICULATION
AMONG ACADEMIA AND RESEARCH INSTITUTES****POBLACIÓN, TERRITORIO Y ESTADÍSTICAS PÚBLICAS: ARTICULACIÓN
ENTRE ACADEMIA E INSTITUTOS DE INVESTIGACIÓN**César Augusto Marques da Silva¹Ana Carolina Soares Bertho²Pedro Luís do Nascimento Silva³**RESUMO**

A produção do conhecimento na área de planejamento urbano e regional e demografia no Brasil é diversa, seja do ponto de vista teórico-metodológico, temático ou institucional. O programa de Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas é sediado na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, um órgão do IBGE. Baseado nessa vinculação, o programa tem seus objetivos estratégicos definidos tanto pelos desafios científicos da área como do IBGE, fomentando o avanço do conhecimento acerca da produção de estatísticas públicas e das condições de vida da população, especificamente em relação à dinâmica populacional e territorial. Até 2021 o programa já havia formado 388 mestres e 16 doutores, tendo egressos atuando em instituições públicas e privadas, no Brasil e em outros países. Aponta-se como seu principal desafio atual a consolidação do doutorado, o que envolve a ampliação do impacto científico de sua produção e ampliação da atuação dos egressos desse nível.

Palavras-chave: Demografia. Dinâmica Territorial. Produção de Estatísticas Públicas.

ABSTRACT

The knowledge production in the urban and regional planning area and demography in Brazil is diverse, both in theoretical-methodological aspects, thematic approach or from the institutional arrangement. The Master's and Doctoral Program in Population, Territory and Public Statistics is based at the National School of Statistical Sciences, an education institution within the structure of IBGE. Based on this link, the program has its strategic objectives defined by the scientific challenges of the area and by the IBGE, promoting the development of knowledge on public statistics production and on population living conditions, particularly in

¹Doutor em Demografia. Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE. Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: cesar.m.silva@ibge.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4935-112X>.

²Doutora em Demografia. Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE. Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: carolina.bertho@ibge.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4822-1948>.

³Doutor em Estatística. Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE. SCIENCE - Sociedade para o Desenvolvimento da Pesquisa Científica. Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: pedronsilva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9378-7986>.

relation to population and territorial dynamics. Until 2021, the Program had already graduated 388 masters and 16 doctors. Their graduate alumni are allocated in public and private institutions, in Brazil and other countries. Its main current challenge is the consolidation of the doctorate level, which involves expanding the scientific impact of its production and expanding the performance of graduates at this level.

Keywords: Demography. Territorial dynamics. Public Statistics.

RESUMEN

La producción del conocimiento en el área de planificación urbana y regional y demografía en Brasil es diversa, ya sea desde el punto de vista teórico-metodológico, temático o institucional. El programa de Maestría y Doctorado en Población, Territorio y Estadística Pública es ofrecido en la Escuela Nacional de Ciencias Estadísticas, que es parte del IBGE. Con base en este vínculo, el programa tiene sus objetivos estratégicos definidos tanto por los desafíos científicos del área como por el IBGE. Se promueve el avance del conocimiento sobre la producción de estadísticas públicas y las condiciones de vida de la población, específicamente en relación con la población y dinámica territorial. Hasta 2021, el programa había graduado 388 maestros y 16 doctores, que en general actúan en instituciones públicas y privadas, en Brasil y en otros países. Su principal desafío actual es la consolidación del doctorado, lo que pasa por ampliar el impacto científico de su producción y ampliar el desempeño de los alumnos formados en este nivel.

Palavras chave: Demografia. Dinâmicas territoriais. Estatísticas Públicas.

Como citar este artigo: SILVA, César Augusto Marques da; BERTHO, Ana Carolina Soares; SILVA, Pedro Luís do Nascimento. População, território e estatísticas públicas: articulação entre academia e institutos de pesquisa. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 13, ed. esp., p. 240-262, 18 dez. 2023. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v13ied.esp..4199>.

Artigo recebido em: 28/02/2022

Artigo aprovado em: 09/08/2022

Artigo publicado em: 18/12/2023

1 APRESENTAÇÃO

Sediado na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ENCE/IBGE), o programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em População, Território e Estatísticas Públicas apresenta características que o tornam um programa singular. É vinculado à principal instituição de produção de estatísticas públicas e oficiais do país, está inserido na subárea de Demografia da área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PLURD) da CAPES, em diálogo explícito com as abordagens territoriais e de estatística, é composto por corpo docente multidisciplinar e forma profissionais que atuam tanto em instituições públicas como em atividades diversas do universo privado.

Com 24 anos completados em 2022 e mais de 400 trabalhos concluídos (entre mestres e doutores), atualmente o programa tem como principais desafios manter o seu destaque na

ampla formação de egressos, na produção científica qualificada e inovar em diálogo com a complexidade dos fenômenos sociais, populacionais e territoriais contemporâneos.

Neste âmbito, este artigo compila perspectivas e questões centrais para as áreas de pesquisa do programa, mostrando as tendências e alguns dos desafios atuais e futuros, pensando especificamente na formação que propomos, em População, Território e Estatísticas Públicas. Por fim também são elencados alguns dos desafios vislumbrados para a própria área PLURD a partir da ótica dos docentes que assinam este artigo e atuam na ENCE/IBGE.

2 TRAJETÓRIA DO PROGRAMA

As atividades de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da ENCE/IBGE foram oficialmente iniciadas em 1998, com a criação do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Sua criação resultou de uma trajetória de 30 anos de discussões sobre as transformações da ENCE, como um reflexo do esforço do IBGE e da Escola pelo fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão no nível da pós-graduação.

Na CAPES, o Programa se inseriu na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, na área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia, subárea de Demografia. A partir de seus primeiros anos de atividade, o programa se consolidou tematicamente com uma abordagem que incorporou as discussões demográficas, territoriais e de estatísticas públicas, dinamizando suas atividades para a compreensão dos fenômenos analisados em múltiplas dimensões.

Naquele período inicial, as atividades do programa foram organizadas considerando as interfaces entre as linhas e projetos de pesquisa executadas pelos docentes, a interdisciplinaridade, a integração entre o ensino e a pesquisa, o estreitamento dos vínculos com as áreas de produção do IBGE e o aumento da visibilidade do programa no meio acadêmico e entre centros de pesquisa e planejamento. Nesse âmbito, a obra organizada pelos então docentes Alves, Bittencourt e Senra (2009) traz a memória e a trajetória dos seus primeiros 10 anos, argumentando que o programa tinha um papel estratégico para a relação entre ENCE e IBGE, dado o grande potencial de desenvolvimento técnico na integração entre ensino, treinamento e pesquisa com a produção de informações, principalmente nas áreas de metodologia estatística, demografia e geociências. A implantação do programa de Mestrado propiciou a ampliação do quadro docente da escola e a formação e consolidação de linhas de pesquisa relacionadas à inserção do mesmo no IBGE, fazendo face aos desafios institucionais de ensino e pesquisa no âmbito da ciência e tecnologia do país naquele momento (PATARRA, 2006).

Após quase duas décadas de atividades e o acúmulo de atuação e experiência de pesquisa nas áreas de demografia, condições de vida, dinâmica territorial, metodologia estatística para censos e pesquisas amostrais e acerca de sistemas de informação estatística e geográfica, a partir de 2010 o programa passou por uma reformulação visando a criação do doutorado, discutida amplamente pelo colegiado dos docentes e junto à direção do IBGE. Foi assim que, em 2014, quando o programa já possuía cerca de 250 dissertações defendidas, foi aprovada a proposta de um curso de Doutorado, expandindo as atividades da pós-graduação e de pesquisa da ENCE. O curso foi modificado, incluiu o nível de Doutorado e foi renomeado para População, Território e Estatísticas Públicas, de modo a melhor refletir os temas centrais da pesquisa e formação pretendidas a partir daquele momento.

A reformulação do programa representou uma importante evolução do mestrado existente, permitindo a formação mais aprofundada e ampla de pesquisadores e profissionais interessados na temática, completando assim o ciclo acadêmico oferecido pela ENCE.

Com isso, o curso tem uma proposta interdisciplinar, tomando como ponto de partida que o estudo e as análises de questões populacionais e territoriais contemporâneas não podem prescindir de uma abordagem que combine conhecimentos da Demografia, Sociologia, Geografia, Estatística e Economia, principalmente.

Mais recentemente, entre 2018 e 2020, o programa realizou uma série de iniciativas em função de seu 20º ano de existência. Foi realizado um levantamento de egressos, um evento especial sobre a data e, em 2020, publicada uma coletânea de artigos em série especial da Memória Institucional do IBGE (MARQUES, 2020).

Em 2021 a pós-graduação da ENCE completou 23 anos de existência, chegando à marca de 388 dissertações de mestrado e 16 teses de doutorado defendidas, com redução gradual nos tempos médios de defesa. Assim, até 2021 a ENCE/IBGE teve a expressiva produção de 404 trabalhos concluídos, entre dissertações e teses.

No âmbito mais geral da formação em pós-graduação no Brasil, duas características marcam as especificidades do Programa. A primeira é o esforço de articulação entre diferentes cortes disciplinares e enfoques metodológicos na concepção e na prática da pesquisa social, sobretudo no que tange aos fenômenos territoriais e populacionais. A segunda é a vinculação direta ao IBGE, propiciando uma formação acadêmica integrada com a prática de produção e análise das estatísticas públicas. Essa vinculação institucional possibilita acesso e interação com parte do corpo de pesquisadores do IBGE e de outros órgãos que acumula vasta experiência na produção e análise de estatísticas públicas, facilitando a troca de experiência dos alunos e uma formação que preza pela realização de pesquisas e levantamentos de elevado rigor metodológico.

As linhas de pesquisa do programa têm base na sua proposta, propiciando uma formação profunda nas pesquisas sobre População, Território e Estatísticas Públicas, tendo como grandes especificidades ser parte de uma instituição de estatística e geografia, o IBGE; e tratar do tema populacional na interface com dinâmicas territoriais e com as estatísticas públicas, como questões que são efetivamente indissociáveis. A definição das linhas de pesquisa foi feita a partir da definição dos objetivos e da experiência acumulada no programa, refletindo a interdisciplinaridade constante nos resultados das dissertações e, agora, teses. As duas linhas de pesquisa são: População, Território e Condições de Vida (1), e Produção de Estatísticas Públicas (2).

2.1 POPULAÇÃO, TERRITÓRIO E ESTATÍSTICAS PÚBLICAS

Tem como foco o estudo da dinâmica populacional e territorial e das condições de vida da população, englobando aspectos sociais, econômicos e ambientais. Inclui a utilização de indicadores e o emprego de métodos e modelos para análise da dinâmica populacional e territorial e das condições de vida, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas. Para tal, explora as bases de dados existentes e realiza levantamentos de informações quantitativas e qualitativas, considerando aspectos conceituais e metodológicos, potencializando o uso das mesmas e observando seus limites.

2.2 PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS PÚBLICAS

Engloba questões ligadas ao planejamento e à condução de levantamentos como censos, pesquisas amostrais e registros administrativos usados para a produção de estatísticas públicas que retratem o estado e a dinâmica populacional e territorial e as condições de vida da população. Inclui o desenvolvimento, a análise e a avaliação de métodos e modelos que contribuam para o avanço da produção de estatísticas públicas, da construção de indicadores e de sistemas de indicadores.

O cotidiano das atividades de ensino, pesquisa e extensão do programa é marcado, ao mesmo tempo, por uma ampla diversidade temática e pela centralidade da dinâmica social presente e futura, que, de forma mais ou menos direta, perpassa as pesquisas aqui desenvolvidas. Projetos que tratam, por exemplo, do planejamento e análise de amostras complexas, modelagem e análise de dados e avaliação de estimativas populacionais em pequenas áreas coexistem e dialogam com projetos sobre mortalidade, preferências de fecundidade, saúde sexual e reprodutiva, mobilidade espacial da população, financeirização dos espaços urbanos e questões ambientais. São, assim, temas que dialogam com dinâmicas socioespaciais centrais no mundo contemporâneo.

Para isso, o rol das disciplinas ministradas também preza pela pluralidade de abordagens e teorias envolvidas nas pesquisas do programa.

A composição disciplinar é estruturada, tanto no Mestrado como no Doutorado, em torno de períodos letivos trimestrais, seguindo as seguintes disciplinas obrigatórias: Estatística Social (I e II), Estudos Populacionais, Organização e Gestão do Território, Metodologia da Pesquisa Científica e Sistemas de Informação Estatística e Geográfica. Para o doutorado há presença de outras duas disciplinas obrigatórias: Metodologia para Pesquisas e Levantamentos e Teoria Social Contemporânea.

Além dessas, também é oferecido um conjunto amplo de disciplinas eletivas aos alunos. Essas cobrem estudos nos campos de análise demográfica, dinâmica urbana e regional, população e economia, metodologia estatística, geoprocessamento, análise espacial, amostragem, dentre outras. Ainda como eletivas, são oferecidas disciplinas de tópicos especiais, que visam cobrir áreas específicas do conhecimento relacionadas ao programa ou que tratem de inovações para a área, tais como economia das desigualdades, pareamento de dados e perspectiva de gênero em pesquisa social.

Há, ainda, disciplinas eletivas específicas de apoio a formação. É o caso das disciplinas de Práticas de Software e de Seminários, oferecidas todos os trimestres. No caso da primeira, não há créditos, sendo uma disciplina de suporte às atividades de pesquisa com foco no ensino de softwares para a manipulação de bases de dados (como o R e SAS). Já as disciplinas de Seminários trazem seminários quinzenais que apresentam questões teóricas e metodológicas de pesquisas contemporâneas, tanto do IBGE como da academia, propiciando uma aproximação dos alunos com diversos temas e questões de pesquisa.

3 AS PESQUISAS NO PROGRAMA

O programa busca fomentar o desenvolvimento da área de Planejamento Regional e Urbano e Demografia a partir da conexão entre diversidade de atuação e suas especialidades. Assume-se que as mudanças populacionais ocorrem a partir de múltiplas determinações,

influenciando visões de perspectivas sociais que moldam políticas públicas em que a demografia não deveria ser tida enquanto destino (CAMARANO, 2014). Nesse campo, a proposta do programa é tratar dessas questões com a complexidade e densidade que lhes são inerentes, com a profundidade que se espera de um programa de pós-graduação. Para isso, promove-se a compreensão e o diálogo com referenciais teóricos clássicos e contemporâneos, a construção de indicadores e metodologias adequadas e robustas, que ofereçam diagnósticos, avaliações e reflexões com fundamentação científica.

Embora a proposta deste artigo não seja de fazer um inventário sobre tais questões, é interessante pontuar que, epistemologicamente, um desafio que permanece nos estudos populacionais diz respeito a deixar de pensar a população apenas em termos de crescimento e sim nas suas relações e contradições.

Considerando a perspectiva da obra organizada por Hauser e Duncan (1972), a Demografia seria definida pela aplicação e desenvolvimento de métodos para a mensuração dos fenômenos populacionais e pela interação com outras ciências, visando compreender tais transformações. Tais caminhos foram reconhecidos, de modo geral, como da análise demográfica e dos estudos populacionais. Contudo, vários pesquisadores apontaram as contradições dessa perspectiva, que tinha um potencial de conferir uma suposta neutralidade técnica ao campo de estudos. Neide Patarra, que atuou como docente do programa, tratou da questão conjuntamente com outros autores em Duarte, Montali, Oliveira e Patarra (1985) por exemplo. Contudo, a própria tradição latino-americana das pesquisas enfatizou o caráter interdisciplinar da área, construindo um pensamento sobre população que olhava seu objeto de maneira específica. Nesse âmbito, vale ressaltar os esforços de Carmen Miró, no CELADE, e de Giorgio Mortara, no próprio IBGE, dentre tantos outros.

A dificuldade de definição dos limites do alcance da Demografia ainda existe. Ojima (2017) aponta que nesse caminho seria necessário chegar às fronteiras da ciência demográfica para então vislumbrar o que estaria para além dessa. Havendo segurança desse recorte teórico-metodológico (do objeto de análise e dos limites de abrangência), a interlocução com outras ciências seria mais produtiva.

O contexto desse debate, contudo, é ainda mais amplo, sendo inscrito na dimensão das crises das metanarrativas da modernidade. Essas, também para os estudos demográficos, implicaram em uma crise que não é puramente teórica, mas também epistemológica (CANALES, 2007), pois seriam necessárias novas formas de olhar e compreender o fenômeno demográfico, com revisão do alcance da própria categoria população, em seus usos, significados e domínios. No âmbito do processo de globalização e de constituição da sociedade na atual fase da “modernidade”, Canales argumenta, a partir das formulações de Ulrich Beck, que seria importante problematizar a construção de saberes do tempo histórico presente, já que, nos termos que utiliza, “*a sociedad moderna no tiene formas de pensarse em términos de su globalización, pues las categorías y conceptos usados para su entendimiento están empapados de un nacionalismo metodológico*” (CANALES, 2004, p. 50). Soma-se a isso que, na América Latina, onde a modernização foi descontínua, incompleta, subordinada e híbrida, as ciências sociais foram construídas com a crítica de modelos e abordagens predominantemente europeus e norte-americanos (CANALES, 2004).

Esse cenário fomentou que, no campo dos estudos populacionais, ocorresse uma ampla diversificação de temáticas e áreas de investigação. Por outro lado, como não houve na região

uma reflexão que articulasse um “metadiscorso” demográfico, a diversificação poderia ser interpretada como uma atomização e desarticulação.

Assim, seria preciso pensar no posicionamento dos estudos populacionais em relação às mudanças da sociedade contemporânea, considerando, por exemplo, as dinâmicas da sociedade informacional, da sociedade de risco e da reflexividade da modernidade. Essa direção encontra paralelos com a abordagem do texto clássico de Camargo (1980), que trata da importância de considerar a dinâmica demográfica no âmbito do processo histórico em que se inscreve.

Na sociedade contemporânea, seguindo a argumentação de Canales (2007), poderia haver uma posição crítica em relação à Demografia tradicional com problematização de seus três enfoques: da transição demográfica (onde o crescimento populacional é uma das etapas no processo de modernização das estruturas sociais), da relação população e desenvolvimento (que, genericamente, seria obstáculo ou impulso à modernização), ou do estruturalismo histórico (onde o crescimento demográfico é a base para a geração de um excedente populacional, sendo a consequência demográfica mais direta da manifestação de uma das principais contradições do capitalismo, qual seja: da exclusão contínua de contingentes populacionais). Embora antagônicos, tais enfoques são marcados por uma ideia de população moderna, ainda privilegiando questões de crescimento populacional e com a população de forma abstrata, onde a unidade que é representada anula a diversidade social e histórica, presente em cada grupo e cada indivíduo. Tem-se assim uma categoria – população -, que aparece como um conceito político e ideológico (LE BRAS, 2000), que não incorpora o pensamento de classes e da diversidade, mas sim a perspectiva da soma dos indivíduos iguais e indiferenciados (CANALES, 2007).

A proposta desse autor não é a de negar o potencial heurístico da população como uma abstração numérica, mas sim não se enganar pela ilusão que ela cria. Indo além, os estudos populacionais teriam como objeto a compreensão e análises das heterogeneidades e das iniquidades entre esses “sujeitos demográficos”. A população não seria um mero agregado de indivíduos iguais, mas sim uma articulação de sujeitos sociodemográficos, marcada por tensões, conflitos e contradições.

O desafio para a Demografia seria deixar de pensar a população somente em termos de crescimento e passar a estudá-la nas relações e contradições diversas, entre indivíduos, gerações, gêneros, etnias e entre o ser humano e a natureza. Assim, temos uma mudança de um escopo de pensamento que compreende, além da preocupação com a dinâmica demográfica e seus componentes, uma abordagem sobre as estruturas demográficas, contemplando as relações, a diferenciação e as desigualdades (CANALES, 2007).

No contexto de tais discussões, amplas em conteúdo e contradições, globais em abrangência, o PPG da ENCE tem buscado contribuir para a produção técnica e acadêmica nacional (e internacional) ao pensar nessas questões levando em consideração toda a densidade que lhes é inerente. A desafiadora proposta de articulação entre População, Território e Estatísticas Públicas se configura como uma possibilidade de desenvolvimento dessas reflexões, permitindo avanços não apenas em uma Demografia das totalidades, mas também das desigualdades, incorporando as relações territoriais e espaciais que são fundamentais. Para isso, é necessário o desenvolvimento e aplicação de modelos que permitam, em um contexto de Big Data e novas e distintas fontes de informação, escassez de recursos e produção ampliada

de estatísticas públicas, elaborar os melhores métodos e abordagens quantitativas para sua produção e análise.

Alguns exemplos de tal atuação podem ser vistos nas teses, dissertações e em artigos relacionados aos projetos de pesquisa vigentes, como apresentado a seguir. O desenvolvimento de pesquisas na interface entre produção de estatísticas públicas e análises de condições de vida, a partir das dinâmicas populacionais e territoriais, não é trivial. Essa abordagem demanda conhecimento de áreas com suas próprias tradições, metodologias, e, inclusive, epistemologias. Contudo, a busca por tal interação foi feita ao longo das duas décadas do programa e permanece. Adicionalmente, a interação entre a produção do programa e a de estatísticas públicas, com o potencial de uso dos resultados de teses e dissertações no cotidiano das pesquisas e levantamentos do próprio IBGE, também é um desafio. Além desse potencial, a formação dos discentes propiciou importantes avanços para o Instituto, seja porque funcionários de carreira aprofundaram conhecimentos e buscaram nos cursos de pós-graduação da ENCE o caminho para a superação de desafios e aperfeiçoamento de processos que são parte das atividades cotidianas do IBGE, seja pelos egressos que ingressaram posteriormente no instituto. Em ambos os casos, egressos da ENCE ocupam posições estratégicas, tanto na gestão como no planejamento técnico do instituto.

No programa de PPG da ENCE, principalmente em teses e dissertações, os discentes são estimulados à especialização em uma das linhas de pesquisa. Contudo, o diálogo entre as linhas também pode ser visto em algumas experiências concretas de pesquisa, o que constitui simultaneamente um potencial e um desafio. A seguir são apresentados trabalhos de conclusão do programa que, de modo mais latente ou mais explícito, dependendo do caso, exploraram tanto a integração entre as linhas como a interface com as atividades do IBGE.

Esse é o caso de trabalhos que fomentaram o desenvolvimento da área de amostragem. Nessa, podemos citar as dissertações de Correa (2001), que trata da modelagem estatística em amostras complexas e produz indicadores de condições de vida que considerem a estrutura hierárquica das pesquisas sociais; de Rodrigues (2003) e Arantes (2012), sobre metodologias alternativas de amostragem para o Censo Demográfico; de Gonzalez (2005), propondo uma metodologia de amostragem para os registros administrativos da Previdência Social, de Lopes (2002), que analisa o desgaste do informante em pesquisas longitudinais, caracterizando seus determinantes na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e, por fim, de Freitas (2002), Rosseti (2013) e Junior (2015), que tratam das estimativas de emprego em pesquisas amostrais.

No âmbito das análises demográficas estão contempladas pesquisas acerca das três variáveis básicas da demografia, tanto no âmbito das análises das condições de vida como focados no desenvolvimento de estimativas mais precisas. Assim, mortalidade (RAMOS, 2001; FIALHO, 2003; SOUZA, 2007; LÉON, 2015; SILVA, 2015; BARROSO JR., 2018), fecundidade (CORRÊA, 2004; LIMA, 2007; BARBOSA, 2008) e migração (OLIVEIRA, 2003; VIDAL, 2009; LIMA, 2017; OLIVEIRA, 2017) estiveram na agenda do programa ao longo dessas duas décadas. Ademais, a construção de projeções e estimativas populacionais, centrais para o entendimento das dinâmicas populacionais contemporâneas e futuras, também foram incorporadas em dissertações (BRITO, 2007; FRANÇA, 2012; ZARDO, 2013) e inclusive na primeira tese defendida no programa (BARROS, 2017).

Uma terceira área que ilustra as especificidades do programa traz abordagens sobre o próprio papel das estatísticas públicas no âmbito da sociedade moderna, como é o caso dos

trabalhos de Santos (2004), Fonseca (2005), Santos (2006), Gama (2008) e Bello (2013). Ressalta-se nesse caso que a própria construção de um sistema estatístico com desenvolvimento de indicadores sociais e econômicos, que permita a implementação e o monitoramento de políticas públicas, é central para a própria dinâmica social (JANNUZZI, 2018). Por essa perspectiva, considera-se que as próprias conquistas sociais recentes no país, relacionadas a promoção da educação, redução da pobreza e avanços da proteção social, foram ancoradas na produção de estatísticas públicas de qualidade.

O programa também apresentou dissertações que contemplaram as discussões territoriais e geocientíficas de suma importância na contemporaneidade. Logo nos seus primeiros anos questões inovadoras foram pesquisadas, como a qualidade de modelos digitais de terreno construídos por diferentes fontes de dados (SANTOS, 2001). Mais recentemente, Gonçalves (2014) utilizou ferramentas da geoestatística para análise da segregação socioespacial e Bastos (2016) caracterizou a vulnerabilidade à dengue a partir de indicadores dispostos em um Sistema de Informação Geográfica (SIG). Mais especificamente na discussão territorial, temas centrais para o mundo contemporâneo também foram incorporados, como a reflexão sobre fronteiras (BRITO, 2006), políticas públicas e território (BERBAT, 2007), relação urbano-rural (PASSOS, 2005; GUEDES, 2017) e desigualdade socioespacial (OLIVEIRA, 2006; MELO, 2011).

Vale também ressaltar a atualização contínua das questões tratadas no programa em termos de desenvolvimentos metodológicos. Como exemplos, há dissertações que fomentam o uso de *data mining* (TORRES, 2003), analisam paradados de pesquisas censitárias para investigação de erros não amostrais (DUARTE, 2014), acompanham as inovações no IBGE, como a implementação da PNAD Contínua (SANTOS, 2017), que discorrem sobre metodologias para construção de índices de preços (SIMÕES, 2009; OLIVEIRA, 2018) e que inovam na mensuração da desigualdade (HECKSHER, 2017).

Nas primeiras teses concluídas no programa, tanto o trabalho de Barros (2017) como o de Silva (2018) dialogam com temas emergentes na agenda do IBGE e nas pesquisas do campo. O primeiro, propondo novas metodologias para a construção de estimativas populacionais municipais nos períodos intercensitários, com o uso de imagens de satélite e variáveis sintomáticas do crescimento populacional, e o segundo, com o uso de registros administrativos e metodologias de pareamento de dados para produção de estatísticas públicas.

No que diz respeito à produção docente, o programa também não deixou de produzir contribuições de relevo em todos os temas destacados. No contexto da produção de livros, Jannuzzi (2016, 2017) publicou obras que se tornaram referências importantes no estudo dos indicadores sociais e do monitoramento e avaliação de políticas públicas à luz de evidências no Brasil. Pessoa e Silva (1998) publicaram obra que abriu o campo da análise de dados de pesquisas amostrais complexas no Brasil, sendo uma referência central para os que trabalham em análise secundária de dados obtidos por pesquisas amostrais complexas.

Na linha de pesquisa em métodos para análise de dados, Veiga, Smith e Brown (2014) desenvolveram uma abordagem para incorporação de pesos amostrais na análise de dados longitudinais de renda empregando modelos multiníveis, e aplicaram essa abordagem aos dados de renda coletados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Chambers e Silva (2020) desenvolveram um método para análise secundária de dados resultantes do pareamento de informações de fontes distintas, onde os resultados do pareamento estão sujeitos a erros. O

método proposto permite controlar os efeitos advindos dos erros de pareamento. Adicionalmente, o artigo “Desenho da amostra Nascer no Brasil: pesquisa nacional sobre parto e nascimento”, publicado por Vasconcellos et al. (2014), indica a importância da conciliação entre métodos estatísticos robustos e conhecimento da dinâmica demográfica, especificamente em relação à dinâmica da fecundidade no Brasil.

Duarte, Silva e Brito (2016) analisaram parâmetros do Censo Demográfico de 2010, para investigar fatores associados a erros não amostrais do levantamento de dados, buscando extrair lições que permitiriam aprimorar os métodos e processos de levantamento de dados dos censos no futuro. Ferreira (2015) apresenta proposta para o planejamento amostral ótimo em estudos de infestação de *Aedes Aegypti*, contribuindo também com ideias para o aprimoramento dos levantamentos de dados. Vasconcelos, Silva e Szwarcwald (2005) descreveram o planejamento amostral adotado para a edição brasileira da Pesquisa Mundial de Saúde, da Organização Mundial de Saúde. Esta pesquisa marcou a primeira aplicação em larga escala da Amostragem Inversa, um protocolo de amostragem capaz de aprimorar o processo de amostragem de domicílios na última etapa de sorteio num planejamento amostral conglomerado típico das pesquisas domiciliares por amostragem.

A produção docente sobre as condições de vida também se destaca nos temas populacionais e territoriais. Alguns dos exemplos, que buscam retratar a diversidade da atuação do programa e das produções de docentes em diferentes momentos, são citados a seguir.

Beltrão e Sugahara (2006) examinaram aspectos da vida no Japão de migrantes brasileiros, descendentes de japoneses, lançando luz sobre um grupo populacional pequeno, mas pouco conhecido naquele momento.

Para a fecundidade, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, Berquó e Cavenaghi (2006), confirmaram a queda na fecundidade entre as brasileiras e previram uma redução no número médio de filhos por mulher entre as camadas menos favorecidas, o que de fato ocorreu. Schmertmann, Potter e Cavenaghi (2008) usaram dados de censos de 1970 a 2000 para investigar variações nos padrões de fecundidade de mais de 500 regiões brasileiras, após controlar por covariáveis locais. O trabalho ilustra a importância de considerar aspectos espaciais na análise dos fenômenos de interesse da Demografia. Ainda, Carvalho, Wong e Miranda-Ribeiro (2018) discutem a questão de “se ter menos filhos do que o desejado é fruto de uma escolha ou se representa, de fato, uma incapacidade de implementação das preferências reprodutivas e uma insatisfação com o seu comportamento de fecundidade”, explorando o tema numa abordagem qualitativa a partir de entrevistas em profundidade com casais de alta escolaridade com até dois filhos.

Em termos mais gerais, podem se destacar ainda, como produções docentes, o livro “Estimaciones y proyecciones de población en América Latina: desafíos de una agenda pendiente”, organizado por Suzana Cavenaghi (2012), que reuniu especialistas de diversas nacionalidades para elaborar um manual com metodologias para projeção populacional, a discussão sobre a distribuição espacial da transição religiosa no Brasil (Alves et al.; 2017), retratada para o período entre 1991 e 2010, a partir de dados do Censo Demográfico, e a reversão do hiato de gênero na educação no país, mediante análise por coortes de nascimento, com dados desagregados por sexo a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1960 a 2000 (Beltrão e Alves, 2009).

No campo socioambiental, podem ser citados os trabalhos de Alcantara, Strauch e Ajara (2013), que apresentaram proposta de metodologia para análise da vulnerabilidade socioambiental, especificamente na Macrorregião da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, tal qual a perspectiva de Marques e Baesso (2021), que examinaram a relação entre desastres e a vulnerabilidade da população aos mesmos na Região Serrana do Rio de Janeiro. Este, enfatizando a perspectiva de que a vulnerabilidade ao risco de desastre é produto da complexa relação sociedade e natureza, teve como pano de fundo o desastre causado pelas chuvas do verão de 2011, cujo impacto se fez sentir em vários municípios da Região Serrana. Os achados do trabalho se mostram relevantes e atuais, ao examinarmos os impactos dos desastres recém observados (em fevereiro de 2022) no município de Petrópolis.

Araújo e Alves (2007) analisaram os impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições para a Câmara dos Deputados e suas interações com as cotas estabelecidas em lei. Bertho e Aidar (2015) avaliaram como a exposição ao risco de acidentes de trânsito pode ser potencializada pelas condições de mobilidade cotidiana dos indivíduos, com foco no município de Campinas, combinando dados dos boletins de ocorrência de acidentes fatais e não fatais e do Censo Demográfico de 2010.

Por fim, Giannella e Mian (2019) discutem os papéis do Neoliberalismo e da Financeirização do espaço urbano no Brasil, tomando como estudo de caso as emblemáticas transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro, e mais especificamente, a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do município.

Todos os exemplos citados de produção docente fazem parte da vasta produção de estudos do programa em que ficam bem ilustrados: a definição clara de uma questão relevante de pesquisa, a obtenção e tratamento rigorosos dos dados para iluminar a questão, e a apresentação de análises capazes de responder às perguntas estabelecidas, além de ilustrar as colaborações interdisciplinares presentes no trabalho de pesquisa característico dos docentes.

Evidentemente tais exemplos cobrem parte da produção temática do PPG, já que consideram apenas alguns dos resultados expressos diretamente em teses, dissertações, livros e artigos publicados. Há contribuições de relevo também em outros campos, dentre os quais podemos citar o da educação, dos debates de gênero, mercado de trabalho, desenvolvimento sustentável, epidemiologia, envelhecimento populacional, dentre outros. Contudo, essa breve exposição já traz exemplos de como os temas estiverem presentes, em diversos momentos da existência do programa.

4 DESAFIOS DO PROGRAMA E DA ÁREA PLURD

Os principais desafios vislumbrados pelo programa e pela área são considerados a partir das seguintes dimensões: corpo docente, formação discente e impactos da produção científica. Estes desafios são analisados sob a ótica do próprio programa, com considerações colocadas também em relação à área PLURD como um todo.

A primeira questão é relacionada à contínua adequação e maturidade acadêmico-científica do corpo docente, o que é inerente a qualquer programa de pós-graduação. Segundo as avaliações feitas pela CAPES, os programas devem buscar ter um perfil de corpo docente adequado com a sua proposta, que busque aprimoramento contínuo, com dedicação equilibrada

às atividades de pesquisa e formação, e que demonstre capacidade de captar recursos para pesquisa. Neste caso, é esperado que todos se dediquem de modo equilibrado às atividades do programa, evitando a concentração de atividades (publicações, orientações, aulas) em poucos docentes.

Em 2022, o PPG da ENCE/IBGE possui um corpo docente com distintas trajetórias e experiências. O tempo desde a titulação no doutorado varia entre 4 e 26 anos, sendo a média de 15,8 anos e a mediana de 17 anos. Mais de 90% do corpo docente concluiu o doutorado há pelo menos 7 anos, e cerca de 53% concluíram este nível de formação há mais de 17 anos. Tais dados apontam para a renovação do corpo docente, mas também demonstram a iminência dos desafios relacionados à contínua integração de novos docentes, face aposentadorias. No âmbito da ENCE/IBGE, uma das estratégias têm sido a incorporação de docentes que atuem em outras diretorias do IBGE. Estratégia recorrente e bem-sucedida, tais inserções permitem que docentes com experiência (tanto em relação à formação acadêmica como de atuação profissional) agreguem conhecimentos e expertises importantes ao programa.

Em termos qualitativos, os principais desafios relacionam-se a atuações integradas (refletidas em coorientações, projetos de pesquisa em conjunto e coautoria de artigos), na valorização e constante atuação em Sociedades Científicas e Profissionais da área; na busca por processos seletivos para ingresso via concursos públicos que permitam o ingresso de novos docentes. Ainda que diversos docentes já aposentados continuem atuando no programa voluntariamente, ministrando disciplinas, realizando pesquisas e orientando alunos, é essencial a reposição gradual do quadro de professores, dado a iminência de novas aposentadorias nos próximos anos.

Além disso, os desafios do corpo docente no PPG da ENCE guardam relação implícita com a sua instituição mantenedora. Como Instituto Nacional de Estatística, o IBGE possui sua missão atrelada à produção de estatísticas públicas em dimensões variadas, sendo principalmente relacionadas à dinâmica populacional, econômica, ambiental e do território. Nesse sentido, as duas linhas de pesquisa do programa (Produção de Estatísticas Públicas (1) e População, Território e Condições de vida (2)), possuem uma forte intersecção, já que as pesquisas da segunda têm como condição necessária a realização da primeira. Não há análise das condições de vida sem que existam estatísticas públicas adequadas. Estas inclusive fazem parte do que Giddens (2003) considera como um dos elementos para a monitoração reflexiva da ação na atual fase da modernidade. Deste modo, um desafio importante para o corpo docente do programa, mas que também se estende à área PLURD, é a combinação entre saber especializado e capacidade de diálogo com outras áreas. Dadas as múltiplas crises contemporâneas e a crescente complexidade da oferta de dados (com o crescimento da chamada ciência de dados e da disponibilidade de *Big Data*), é fundamental o desenvolvimento de perspectivas críticas sobre tais questões. Diversas pesquisas elaboradas na escola vêm realizando avaliações sobre a qualidade da informação, possibilidades de melhorias das pesquisas já realizadas em órgãos públicos e propostas inovadoras de análise. Porém, este ainda é um campo com muito espaço para avanços, com tópicos que poderão ser explorados em dissertações e teses.

Em segundo lugar, a formação discente se caracteriza enquanto um desafio nas mais diversas etapas: desde o processo de seleção, passando pelo período de formação em si e na atuação egressa.

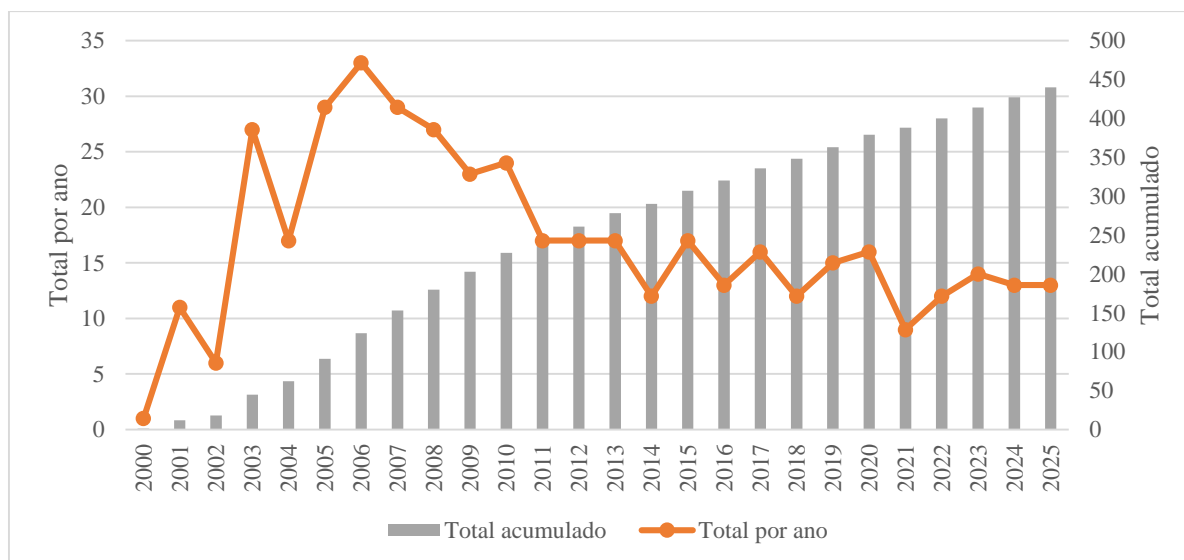
Os processos seletivos, realizados anualmente, são caracterizados pela busca do rigor na avaliação do mérito e qualificação de candidatos, e pela diversidade do perfil dos ingressantes. Com uma formação plural, estes são oriundos, principalmente, de bacharelados e mestrados em cursos de estatística, ciências sociais, geografia, engenharias e economia, dentre outros. Em termos regionais há uma significativa inserção de discentes do próprio Estado do Rio de Janeiro (um dos estados com maior número de egressos de cursos de graduação do país), além de estudantes da região Nordeste, do Sul e de outros Estados do Sudeste. Anualmente também há procura de candidatos estrangeiros no processo seletivo, principalmente de países da América Latina e pertencentes aos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

Em termos locais, muitos discentes já atuam profissionalmente em diversas instituições de pesquisa ou gestão e procuram o programa para ampliar sua qualificação. Dentre essas estão o próprio IBGE, IPEA, IPP, CETEM, Fundação Cesgranrio, CEPEL, órgãos de ministérios, agências governamentais e Petrobras.

Ao longo da última década a relação entre inscrições e aprovações foi de aproximadamente 3 para 1. Em termos gerais, entre 80 e 100 inscrições são feitas (considerando mestrado e doutorado), o que pode ser considerado um número relativamente alto, dadas as especificidades e o nível dos cursos. Em 2022 foram ofertadas 20 vagas para o mestrado e 10 para o doutorado.

Considerando as pesquisas concluídas, até 2021 o programa teve 388 dissertações de mestrado e 16 teses de doutorado defendidas. No doutorado, mesmo com um ciclo maior de formação (4 anos) e 6 anos de existência completos em 2021, estima-se que o total acumulado de conclusões até 2025 possa aproximar-se de 50 teses. A evolução das conclusões está apresentada nos Gráficos 1 e 2, com a respectiva projeção para 2025.

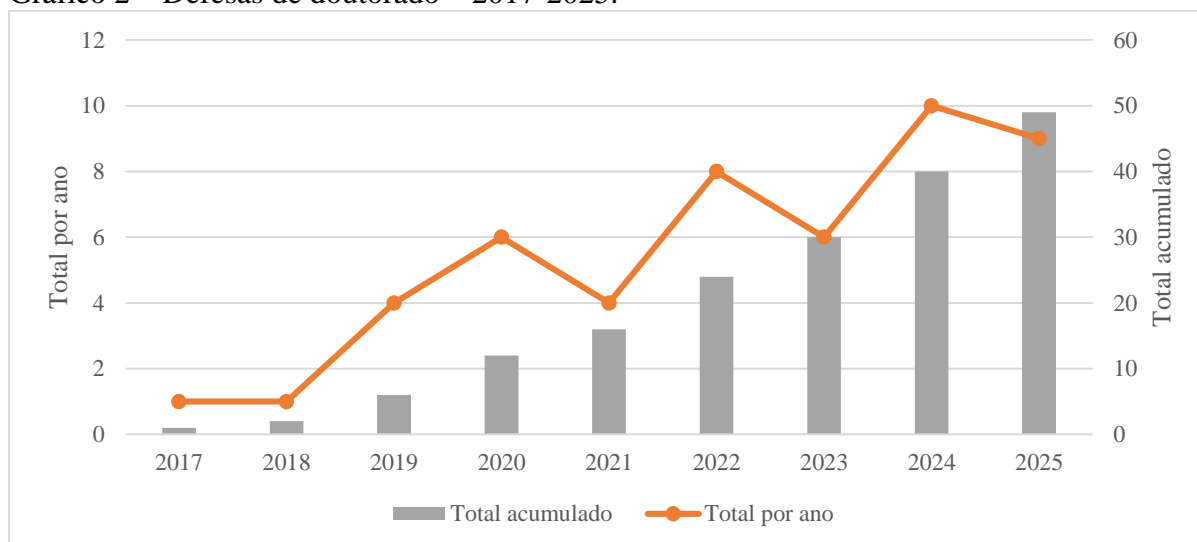
Gráfico 1 – Defesas de mestrado, 2000-2025.



Fonte: Gerência de Pós-Graduação, ENCE/IBGE.

Nota: Os valores de 2022-2025 são projeções que consideram o número de alunos matriculados e o respectivo ano previsto de defesa, com base na média de anos recentes.

Gráfico 2 – Defesas de doutorado – 2017-2025.



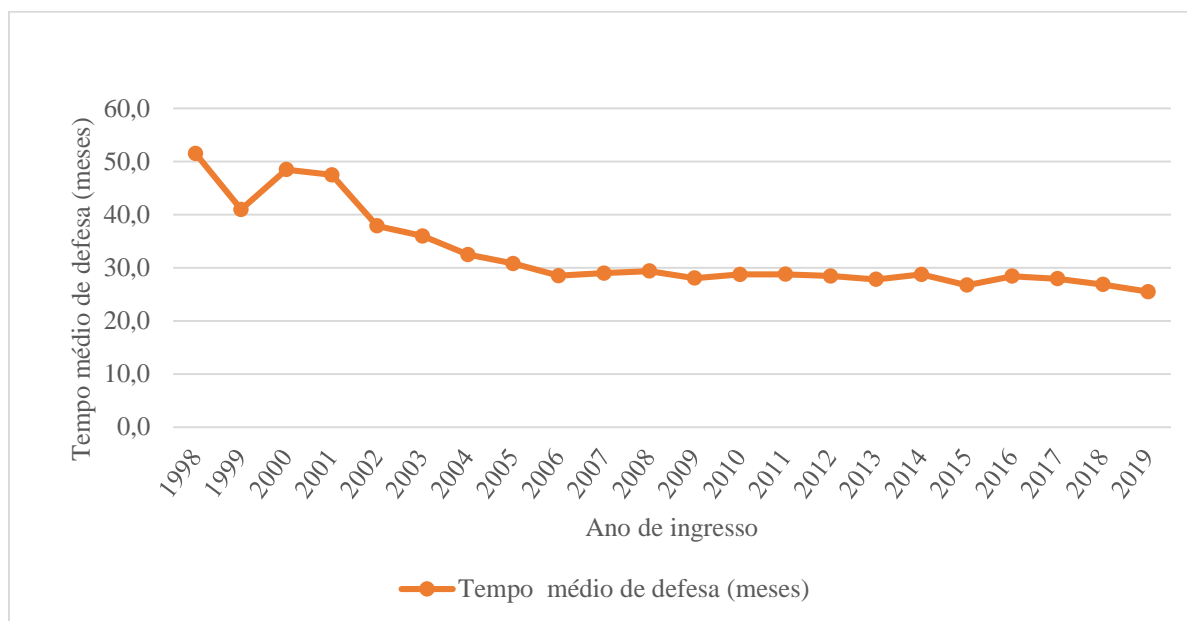
Fonte: Gerência de Pós-Graduação, ENCE/IBGE.

Nota: Os valores de 2022-2025 são projeções que consideram o número de alunos matriculados e o respectivo ano previsto de defesa.

Com a implementação do curso de doutorado, com teses já finalizadas e em andamento, a tendência das defesas atualmente é mais clara. O momento inicial do programa, quando havia dificuldade em relação ao fluxo de defesas, foi superado (ALVES et al., 2009). Para isso, entre 2003 e 2010, houve um esforço coordenado para o aumento das defesas e diminuição do tempo médio de titulação dos egressos, resultando em números elevados de conclusões anuais devido à sobreposição de conclusões entre diferentes coortes. Já em um terceiro momento, que perdura, o número de defesas de dissertação anuais foi estabilizado, considerando que não há mais sobreposição de coortes. Tal tendência também deve continuar dado o início do doutorado e o fomento a uma relação entre conclusões de mestrado e conclusões de doutorado próxima a 1 (como a Capes preconiza). Desse modo, a média de conclusões anuais do mestrado deve ficar entre 13 e 15, e, do doutorado, se aproxima a 10. Adicionalmente, as atividades do curso de doutorado têm sido fundamentais para a ampliação da participação do corpo discente em eventos científicos da área, na realização de cursos de curta duração em outras instituições e nos chamados estágios “sanduíche”, nos quais uma parte do curso é realizada fora do país. Ao todo, seis estágios dessa modalidade foram concluídos até 2020. Ressalta-se que as dificuldades orçamentárias e da pandemia de COVID-19 impactaram a continuidade de tais atividades.

Outro indicador das formações é o tempo médio para conclusão do curso. No mestrado, este indicador variou entre 25 e 28 meses após o ingresso, sendo que não houve diferença notável entre as durações de discentes bolsistas e não bolsistas. Além disso, em 2020 e 2021 os tempos médios de defesa no mestrado foram de 25,1 e 25,5, respectivamente, indicando um esforço pela manutenção do fluxo de formação mesmo no cenário da pandemia de COVID-19. Os dados estão dispostos no Gráfico 3. Já no doutorado os tempos médios estão disponíveis para as três primeiras coortes de ingressantes, relativo a entradas de 2015, 2016 e 2017. Para estes três anos, os tempos médios para a defesa foram de 47, 49 e 50 meses, respectivamente.

Gráfico 3 – Tempo médio de conclusão de Mestrado por ano de ingresso no programa, 1998-2019.



Fonte: Gerência de Pós-Graduação, ENCE/IBGE.

Como foi mencionado, o PPG tem como característica atrair técnicos que muitas vezes já atuam em órgãos e pesquisa e/ou da administração pública. Dada a formação multidisciplinar que o programa proporciona aos discentes, não é raro que estes consigam boas colocações no mercado de trabalho antes mesmo da defesa dos trabalhos finais, sejam dissertações de Mestrado ou teses de Doutorado. A consequência da sobreposição desses ciclos entre estudo e trabalho traz desafios para que de fato ocorram a publicação dos resultados das pesquisas de discentes em periódicos científicos após as defesas. Tal característica implica que, embora as pesquisas possam trazer como resultados aplicações práticas após a conclusão dos cursos e os egressos consigam boas colocações no mercado de trabalho, ocorram dificuldades na operacionalização de publicações.

Nesse sentido, o PPG adotou estratégias recentemente para aprimorar este cenário, com a obrigatoriedade de submissão de ao menos um artigo pelos doutorandos antes da defesa, incentivando publicações no decorrer do curso, e não no seu término. Além disso, em 2022 está sendo oferecida pela primeira vez a disciplina de “Tópicos especiais: Redação Científica”, com o objetivo de melhor qualificar docentes para a produção de textos acadêmicos em periódicos, além das dissertações e teses.

5 QUESTÕES FUTURAS E O PPG DA ENCE

O Brasil passou por uma expansão significativa da pós-graduação durante as últimas décadas. O número de Programas de Pós-Graduação (PPGs) *stricto sensu* atingiu o impressionante crescimento de 6,9% ao ano entre 1998 e 2016, passando de 1.259 para 4.175 cursos. Caminhou-se para cumprir os objetivos do Plano Nacional de Pós-Graduação, de que seriam titulados anualmente 19 mil doutores, 57 mil mestres e 6 mil mestres profissionais (BRASIL, 2010). No âmbito do PNE, também se caminha para a ampliação dessa formação

rumo às metas estabelecidas para 2024 (60 mil mestres e 24 mil doutores titulados anualmente) (BRASIL, 2015). Contudo, na área PLURD ainda restam alguns desafios significativos.

Para os programas específicos na subárea de Demografia, não há programas no Sul, Centro-Oeste e Norte. Contudo, destaca-se que os 4 programas atuais possuem níveis de mestrado e doutorado e guardam especificidades na sua atuação e nas regiões de atuação.

Grande parte desse crescimento se deu em função da expansão da escolaridade e pelo estímulo a políticas públicas de educação superior. Assim, atualmente é a CAPES –o órgão que define as estratégias de crescimento, acompanhamento e consolidação da pós-graduação stricto sensu em todo o Brasil. Nesse âmbito, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) é e continua sendo fundamental para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, sendo que a avaliação da pós-graduação tem certa centralidade dentre as demais atividades que realiza. A avaliação se consolidou como parâmetro no estabelecimento dos referenciais de distribuição de bolsas de estudos, investimentos e recursos para o fomento à pesquisa, assim como na identificação das assimetrias entre as áreas do conhecimento e as regiões brasileiras, com o intuito de orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação. Dada sua importância, esse processo tem sido constantemente revisado e debatido, tanto na CAPES como na comunidade acadêmica.

O atual ciclo de avaliação da CAPES (relativo à 2017-2020), tem sido marcado por uma série de entraves, que passam pelas dificuldades da pandemia de COVID-19 em 2020 e questões jurídicas e políticas. Embora a avaliação seja um processo bem sistematizado e relativamente complexo, estruturado a partir das informações preenchidas pelos programas de pós-graduação na Plataforma Sucupira, as mudanças são contínuas.

Ainda antes do início da pandemia de COVID-19, já havia sido publicada uma nova ficha de avaliação, feitos avanços na criação de um Qualis de referência para periódicos e uma série de relatórios técnicos foram publicados, indicando que os programas deverão avançar nas suas atividades de autoavaliação, no acompanhamento dos egressos e na educação doutoral. Contudo, a pandemia de COVID-19 trouxe dificuldades importantes para as atividades de educação como um todo e para os programas de pós-graduação, especificamente. Na ENCE, temos que foi necessário considerar a multiplicidade de condições dos discentes para acesso às tecnologias de ensino remoto, assim como na qualidade da conexão de internet, diferenciada inclusive pela qualidade da rede em diversos pontos de acesso no território. Na medida do possível foram feitas adaptações, como a concessão de equipamentos de informática, acesso remoto à computadores localizados na ENCE e não obrigatoriedade de uso de câmeras, o que poderia tornar as conexões mais lentas e comprometer o acompanhamento de aulas e reuniões de orientação. Materiais que outrora só estavam disponíveis na biblioteca foram digitalizados ou substituídos por textos já disponíveis digitalmente, de modo a minimizar o impacto negativo do distanciamento social para as pesquisas acadêmicas. Outra dificuldade diz respeito ao adoecimento físico e psíquico de discentes e respectivos familiares ao longo do período de pandemia. Tais problemas de saúde eventualmente ocasionaram postergações dos prazos de defesa. Finalmente, cabe mencionar o inestimável impacto da falta de socialização in loco no ambiente da ENCE. Ainda que os discentes tenham se organizado fazendo uso de recursos virtuais para troca de ideias e debates, a convivência estudantil em salas de estudos, em momentos informais nos quais era possível esclarecer dúvidas ou receber sugestões de leituras, por exemplo, ficou comprometida. Tais dificuldades deverão ser totalmente superadas com a retomada das atividades presenciais, já a partir do início do primeiro trimestre de 2022.

O programa da ENCE, que atualmente possui a nota 4 na avaliação, reconhece que alguns desafios futuros são prementes. Estão tanto na busca de avançar em iniciativas, ajustes e consolidação de práticas que propiciem melhoria da nota e na incorporação das novas tendências em relação às mudanças avaliativas (que traz uma série de indicadores e relatórios sobre as propostas dos programas, número de alunos, docentes, trabalhos de conclusão, publicações, dentre outros) como no protagonismo em relação à agenda científica da área e a interação com as demais diretorias do IBGE, no sentido da cooperação contínua para o desenvolvimento de pesquisas que permitam ao IBGE o cumprimento de sua missão institucional.

A pauta das iniciativas do programa perpassa, assim, o estímulo a publicações indexadas (com coautorias entre docentes e discentes egressos), de forma a dar visibilidade para as pesquisas realizadas no PPG; a ampliação do projetos de pesquisa com financiamento externo, diversificando o número de agências e buscando fontes alternativas para captação de recursos; a ampliação da divulgação do processo seletivo, com estímulo ao ingresso de alunos estrangeiros; o estímulo de realização de estágios pós-doutorais de forma rotativa, visando o treinamento continuado e expansão das redes de pesquisa de docentes; a integração entre os diversos níveis de ensino da ENCE e as demais áreas do IBGE; e a consolidação de parcerias com instituições brasileiras e de fora do país. Em suma, trata-se de aumentar o impacto do programa, nas dimensões científica, social e econômica.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, V. S.; STRAUCH, J. C. M.; AJARA, C. Metodologia para análise da vulnerabilidade socioambiental: estudo de caso na Macrorregião da Costa Verde. **Revista Brasileira de Cartografia (Online)**, v. 65, p. 555-570, 2013.
- ALVES, J. E. D. et al. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**, 2017, 29(2), 215-242. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.112180>
- ALVES, J. E. D.; BITTENCOURT, N. D.; SENRA, N. C. O Mestrado na Evolução Histórica da ENCE. In: ALVES, J. E. D.; BITTENCOURT, N. D.; SENRA, N. C. (org.). **Mestrado em estudos populacionais e pesquisas sociais: memória dos primeiros 10 anos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- ARANTES, S. B. **Planejamento de amostras domiciliares no Brasil explorando a malha setorial do Censo Demográfico 2010**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2012.
- ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados (Rio de Janeiro)**, v. 50, p. 535-578, 2007.
- BARBOSA, A. M. **Panorama sociodemográfico da fecundidade de adolescentes e jovens: Brasil: 1970/2006**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2008.

BARROS, L. F. W. **Potencialidades e desafios na utilização de registros administrativos e de imagens noturnas de satélite para a realização de estimativas populacionais municipais intercensitárias no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2017.

BARROSO JR., G. T. **A letalidade dos acidentes de trânsito nas rodoviárias Federais Brasileiras**. 2018. Dissertação (Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2018.

BASTOS, C. M. **Vulnerabilidade à dengue: um índice para o estado do Rio de Janeiro**. 2016. Dissertação (Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2016.

BELLO, L. A. **A mídia e os órgãos oficiais de estatísticas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2013.

BELTRÃO, K. I. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)**, v. 39, p. 125-156, 2009.

BELTRÃO, K. I.; SUGAHARA, S. Permanentemente temporário: dekasseguis brasileiros no Japão. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 23, p. 61-85, 2006.

BERBAT, V. **A dimensão territorial nas políticas públicas: uma discussão sobre o Programa de Assentamentos Populares da Cidade do Rio de Janeiro**. 2007. (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2007.

BERQUÓ, E.S., CAVENAGHI, S.M. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução do número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos – CEBRAP**, v. 74, p. 11-15, 2006.

BERTHO, A. C. S.; AIDAR, T. Mobilidade cotidiana e as taxas de vitimização por acidentes de trânsito: o que é possível enxergar a partir dos dados censitários? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, p. 257-276, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação: PNPG 2011-2020**. Brasília, DF: CAPES, 2010.

BRITTO, L. P. G. **Avaliação da precisão de estimativas e projeções populacionais para pequenos domínios**. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2007.

CAMARANO, A. A. **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CAMARGO, C. P. F. de. A dinâmica populacional como processo histórico-social. In: SANTOS; LEVY; SZMRECSÁNYI (Orgs.). **Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

CANALES, A. I. La demografía latinoamericana en el marco de la postmodernidad. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 1, n. 1, p. 17-33, jun./dec. 2007.

CANALES, A. I. Retos teóricos de la Demografía en la sociedad contemporánea. **Papeles de población**, Toluca, v. 10, n. 40, p. 47-69, jun. 2004.

CARVALHO, A. A.; WONG, L. R. E.; MIRANDA-RIBEIRO, P. Alice in Wonderland: Unrealized fertility and satisfaction with number of children according to couples' point of view in a city in Brazil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, p. 1-20, 2018.

CAVENAGHI, S. (Org.) **Estimaciones y proyecciones de población en América Latina: desafíos de una agenda pendiente**. Rio de Janeiro: ALAP, 2012.

CHAMBERS, R.; SILVA, A. D. Improved secondary analysis of linked data: a framework and an illustration. **Journal of the Royal Statistical Society - Series A - Statistics in Society**, v. 183, n.1, p. 37-59, 2020.

CORREA, H. **A fecundidade na adolescência: a interpretação de um problema ou um problema de interpretação?** 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2003.

CORREA, S. T. **Modelos lineares hierárquicos em pesquisas por amostragem relacionando o índice de massa corporal com as variáveis da pesquisa sobre padrões de vida do IBGE**. 2001. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2001.

DUARTE, J. C. et al. **Alguns problemas teórico-metodológicos dos estudos de população na América Latina**. Campinas: UNICAMP, 1985.

DUARTE, L. T. **Análise dos parados do Censo Demográfico 2010: investigação de fatores associados a erros não amostrais detectados na coleta das informações**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2014.

DUARTE, L. T.; SILVA, D. B. N.; BRITO, J. A. M. Análise de parados do Censo Demográfico 2010: uma investigação de fatores associados a erros não amostrais do levantamento de dados. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, p. 679-701, 2016.

FERREIRA, G. S. Planejamento amostral ótimo em estudos de infestação de *Aedes aegypti*. **Revista Brasileira de Estatística**, v. 76, p. 7-20, 2015.

FIALHO, E. O. M. **Propriedades estatísticas do estimador indireto da probabilidade de morte na infância, com base no método dos filhos sobreviventes: uma simulação Monte Carlo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2003.

FONSECA, S. M. **A notícia da estatística**: A divulgação das estatísticas do IBGE na visão dos jornalistas. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2005.

FRANÇA, V. O. **Avaliação de Métodos Estatísticos e Dasimétricos para Estimativa Populacional em Pequenas Áreas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2012.

FREITAS, M. P. S. **Estratificação para a amostra de uma pesquisa domiciliar sobre mercado de trabalho**. 2002. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2002.

GAMA, W. P. G. **Privacidade e informação na era digital**: a questão da confidencialidade em bases de dados de registros administrativos: o caso da Previdência Social Brasileira. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2008.

GIANNELLA, L. C.; MIAN, M. L. A. Neoliberalismo e financeirização do espaço urbano no Brasil: agentes e escalas da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro/RJ. In: BROUDEHOUX, A.-M.; MENDES, Mariana Fernandes. (Org.). **10 anos de Porto Maravilha**: do projeto de renovação à construção de um novo espaço de exclusão. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, v. 1, p. 33-58.

GONÇALVES, A. P. V. **Uma aplicação da geoestatística ao estudo da segregação socioespacial na microrregião do Vale do Paraíba Fluminense**: um foco nos municípios de Resende e Volta Redonda. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2014.

GONZALEZ, R. A. C. **Amostragem longitudinal em registros administrativos**: uma aplicação à Previdência Social. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2005.

GUEDES, R. S. **Racionalidade urbana e espaços rurais: a empresa agrícola UN1ONE e a Vila Almeida em Juiz de Fora - MG**. 2017. Dissertação (Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2017.

HAUSER, P. M.; DUNCAN, O. D. (eds.). **The study of population**: an inventory and appraisal. 7th Ed. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

HECKSHER, M. D. **Preponderância dos ricos na desigualdade de renda no Brasil (1981-2016)**: aplicação da J- divergência a dados domiciliares e tributários. 2014. Dissertação (Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2014.

JANNUZZI, P. M. A importância da informação estatística para as políticas sociais no Brasil: breve reflexão sobre a experiência do passado para considerar no presente. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 1, p. 1-10, 11 jun. 2018.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações - ed. revista e ampliada. 6. ed. Campinas: Editora Alínea, 2017.

JANNUZZI, P. M. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. 1. ed. Campinas: Editora Alínea, 2016.

LE BRAS, H. Peuples et populations. In: **L’Invention des populations**: Biologie, idéologie et politique. Paris, França: Editions Odile Jacob. 2000. p. 9-54.

LÉON, D. A. D. **Aprimorando estimativas da mortalidade infantil para as unidades de federação no Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2015.

LIMA, C. R. **Uma análise das características dos beneficiários que trabalhavam nos anos de 2004 e 2014**. 2017. Dissertação (Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2017.

LIMA, I. S. **Fecundidade e capital humano**: uma análise dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2007.

LOPES, M. D. **Avaliação de desgastes de painéis em estudos longitudinais**: uma aplicação na pesquisa mensal de emprego (PME/IBGE). 2002. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2002.

MARQUES, C.; BAESSO, D. C. Desastres e vulnerabilidade na Região Serrana do Rio de Janeiro (RSRJ). **Revista Ideias**, v. 12, p. e021019-29, 2021.

MELO, M. P. **Dinâmica do Território em Angra dos Reis**: um foco na desigualdade socioespacial. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2011.

OJIMA, R. Demografia e ciência: reflexões epistemológicas sobre a ciência das populações. **Novedades em población**, v. 13, n. 25, en. – jun. 2017.

OLIVEIRA, D. S. **Desigualdades Sócio-Espaciais e vulnerabilidade juvenil no contexto metropolitano**: o caso do município de Nova Iguaçu. 2006. (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, H. N. **Imigração internacional**: uma alternativa para os impactos das mudanças demográficas no Brasil? 2017. (Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, K. F. **Dinâmica migratória em Sergipe dos anos 70 aos 90**: uma análise a partir de alguns fatores estruturais. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, L. S. **Comparação de métodos de amostragem aplicáveis a estimação de índices de preços ao consumidor**. 2018. (Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2018.

PASSOS, R. M. **População em movimento, políticas públicas e pertencimento: Ruralidades Fluminense**. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2005.

PATARRA, N. L. Introdução. In: OLIVEIRA, J.M.S. et al. (org.). **A ENCE aos 50 anos: um olhar sobre o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 1125.

PEREIRA, C. J. A. **O Geoprocessamento como ferramenta para estudos sociológicos: o caso da relação de influência entre urbanização e o perfil de capital cultural dos vestibulandos da UNESP**. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2003.

PESSOA, D. G. C.; SILVA, P. L. N. **Análise de dados amostrais complexos**. São Paulo: Associação Brasileira de Estatística, 1998.

RAMOS, R. S. **Diferenças socioespaciais dos riscos de mortalidade na infância**. 2001. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2001.

RODRIGUES, S. C. **Análise da estrutura salarial revelada pela PPV incorporando peso e plano amostral**. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2003.

ROSSETI, E. S. **Análise de séries temporais da pesquisa mensal de emprego com incorporação dos efeitos do plano amostral**. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, A. R. **Estimação de indicadores educacionais por sexo e raça/cor através da Metodologia PROFLUXO**. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, C. J. B. **Avaliação da qualidade de modelos digitais do terreno construídos a partir de diferentes fontes de aquisição de dados**. 2001. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, M. A. M. **Tipos Móveis: O olhar da imprensa sobre o censo do centenário**. 2004. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, M. P. R. **Indicadores para monitoramento de representatividade no caso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2017. Dissertação (Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2017.

SCHMERTMANN, C. P; POTTER, J.; CAVENAGHI, S. M. Exploratory Analysis of Spatial Patterns in Brazil's Fertility Transition. **Population Research and Policy Review**, v. 27, p. 1-15, 2008.

SILVA, A. D. **Proposta de Método de Pareamento para Integrar Dados sobre a Agropecuária**. 2018. Tese (Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, C. J. B. **Comportamento da mortalidade infantil, e suas componentes etárias, nos municípios de Pernambuco**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2015.

SIMÕES, P. F. M. **Modelagem longitudinal de dados de pesquisas de índices de preços ao consumidor, tratamento da não-resposta e índices com heterogeneidade controlada**. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, V. R. **Análise espacial dos acidentes de trânsito com vítimas fatais na cidade do Rio de Janeiro em 2003**. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2007.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. E. **Produção de pesos longitudinais para estimação e análise de dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2015.

TORRES, A. C. P. **Uso de técnicas de data mining para a imputação de dados: Uma aplicação ao censo demográfico de 1991**. 2003. (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2003.

VASCONCELLOS, M. T. L. et al. Desenho da amostra Nascer no Brasil: Pesquisa Nacional sobre Parto e Nascimento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, supl.1, p. S49-S58, 2014.

VASCONCELLOS, M. T. L.; SILVA, P. L. N.; SZWARCOWALD, C. L. Sampling design for the World Health Survey in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ)**, Rio de Janeiro, Brasil, v.21, Sup.1, p. S89-S99, 2005.

VEIGA, A.; SMITH, P. W. F.; BROWN, J. J. The use of sample weights in multivariate multilevel models with an application to income data collected by using a rotating panel survey. **Journal of the Royal Statistical Society - Series C - Applied Statistics**, v. 63, p. 65-84, 2014.

VIDAL, M. O. **Emigrantes Brasileiros na Espanha: Fluxos, Políticas e Implicações Sociais**. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2009.

ZARDO, L. A. R. **Investigação de metodologias e avaliação de estimativas populacionais para pequenos domínios**. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2013.